

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que seja distribuído o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência agradece a visita do pessoal da Apae, de Laguna, na responsabilidade da sra. Emilene Gunner; dos servidores do Iprev, do PGE e do SEA, e dos vereadores do município de Bom Jesus do Oeste e do presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores daquele município, sr. Clair dos Santos Serpa.

Muito obrigado, presidente, pela presença nesta Casa, como também da dos demais aqui presentes.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, plateia que nos assiste, apaianos, comunidade catarinense, eu gostaria de me reportar à audiência pública

realizada hoje de manhã pela comissão de Saúde, por proposição deste deputado, ocasião em que se discutiu uma importante lei que se faz presente nesta Casa para discussão, que é nada mais, nada menos do que a imposição de internar pacientes em regimes excepcionais para fazer o tratamento de drogados ou daqueles que têm doença mental.

O internamento compulsório acontece de maneira voluntária ou involuntária. Voluntária é quando alguém da família pede o internamento do drogado ou do doente mental, e involuntária - e essa é a parte mais difícil que propõe a lei - é o internamento compulsório do paciente que não tem mais noção do tempo, do meio em que vive e não sabe o que está acontecendo ao seu redor.

Portanto, muitas vezes os familiares, desesperados, vão ao médico para que o paciente seja internado. Esse tipo de lei que estamos colocando em discussão nesta Casa é para que em casos especiais haja, sim, o internamento compulsório, isto é, o internamento que não depende da vontade do drogado ou do doente mental.

Este internamento, hoje, durante a nossa audiência pública, foi exaustivamente discutido. O representante da Defensoria Pública nos dá um dado importante de que em dez casos nove não precisaram fazer o internamento compulsório, mas em um caso houve a necessidade de fazer esse tipo de internamento, o compulsório.

Então, quero explicar à população que esta lei está tramitando nesta Casa e esperamos que fosse aprovada para que em casos excepcionais tenhamos o internamento compulsório. Mas esse internamento não é mais ou menos. É um internamento com laudo do psiquiatra, das equipes multidisciplinares, e esse laudo do juiz determina, principalmente, que tem que estar com parecer, com a parte jurídica pronta para aplicar esse tipo de lei.

Essa lei federal já existe. Não é nada novo o que estamos trazendo à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foi baseado na lei federal que fizemos para o nosso estado.

Como médico ortopedista, temos consciência de que os drogados, hoje, sem dúvida nenhuma, são

pessoas que começam a se viciar da pior maneira. Ou seja, são aquelas pessoas viciadas em bebidas alcoólicas. Portanto, os que tomam bebidas alcoólicas são os que mais trazem transtornos à nossa população. Depois há os viciados em *crack*, em cocaína, em *ecstasy*, que é uma droga sintética.

No meu entendimento, essas drogas sintéticas têm que ter começo, início e fim. No começo, é importante que haja prevenção nas escolas, nos estabelecimentos de educação, para que nossas crianças e nossos jovens tenham consciência do que é ser drogado e o que pode levar a pessoa a fazer que é dependente.

Em segundo lugar, é a repressão da polícia. A polícia tem que prender os traficantes e fazer a repressão.

Em terceiro lugar, é a saúde. É preciso que esse drogado seja recuperado, para que ele possa voltar à sociedade. Para isso precisamos, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que é presidente da comissão especial que trata deste assunto, que os pacientes recebam um tratamento adequado. Esse tratamento adequado vai desde receber casas e lugares de internamentos com cuidados especiais por parte do governo do estado.

Temos certeza de que se isso for aprovado, será muito bom para as entidades que trabalham em prol dos drogados, porque elas irão receber uma ajuda do nosso governador, Raimundo Colombo, e do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, ou seja, receberão um apoio importante no valor de R\$ 12 milhões. Mas não basta somente o apoio financeiro. Temos que ter resultados, temos que ter eficiência nesse trabalho, e essa eficiência depende de várias equipes. Por exemplo, o Caps é praticamente a única unidade de saúde especializada dos municípios que realiza esse importante trabalho. Então, merece uma atenção especial do governo.

Creio que teremos um grande avanço nessa grande jornada, que é a luta contra as drogas, para diminuirmos o número de viciados, de drogados no estado de Santa Catarina.

É importante também receber o apoio, por exemplo, das entidades religiosas, pois a fé é um

fator importante e determinante ao drogado que acredita que pode se curar; que acredita que há uma força maior, que é Deus; que acredita na força da família.

Eu gostaria, para encerrar as minhas palavras, de falar também sobre a abertura, em Blumenau, dos Jogos Abertos do Estado de Santa Catarina, que contará com a presença do sr. governador, Raimundo Colombo. Esses jogos que acontecem todos os anos são muito importantes porque o esporte será valorizado como um todo, como os municípios que lutam para obter os melhores índices em suas apresentações.

Já falamos ontem, também, sobre a escolha dos Jogos Abertos da Terceira Idade que serão realizados no município de Canoinhas, município que representamos, onde fomos autor da lei dos Jogos Abertos da Terceira Idade. Essa lei traz à terceira idade uma diferenciação, faz com que o esporte, na terceira idade, seja comemorado de maneira diferente, ou seja, com muito lazer e determinação.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)
- Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Altair Silva - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)
- Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTDO ALTAIR SILVA - Eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores de Xaxim, Agenor Junior Maier, Ideraldo Luiz Sorgato e Uilian Cavalheiro; dos vereadores de Arvoredo, Alceu Antônio Somensi, Ademir Antônio Bavaresco, e dos vereadores de Marema, Algacir Donzeli e Chanquerli Fernando Sherobim. Eles estão aqui para desenvolver um trabalho de estadualização da ligação de Arvoredo a Xaxim, Xaxim a Marema e Marema à BR-480.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a
palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com a palavra,
pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR -
Gostaríamos de registrar a presença, nesta Casa,
do presidente da Câmara de Rio Negrinho, vereador
Elias Nicoletti, juntamente com o suplente Osmair
Fischer, que se fazem presentes nesta Casa
Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Que seja
feito o registro, desejando nossas boas-vindas aos
vereadores.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a
palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana
Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Agradeço a
paciência do deputado Sargento Amauri Soares, que
está aguardando na tribuna para fazer uso da
palavra, mas, sr. presidente, srs. deputados e
sra. deputada Luciane Carminatti, gostaria de
agradecer a presença do governador Edmilson Prada,
do Partido dos Trabalhadores, e também dos
vereadores Osvaldo Werner e Gilmar Santos, de
Trombudo Central, que vieram a este Parlamento
para fazer reivindicações necessárias ao referido
município.

Desejamos boas-vindas aos vereadores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Que seja feito o registro da presença das
referidas autoridades, desejando-lhes que sejam
bem-vindos a este Parlamento.

Deputado Sargento Amauri Soares, obrigado pela
seção do tempo de v.exa., concedendo, agora, a
palavra a v.exa. por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr.
presidente, sras. deputadas, srs. deputados,

peças que nos visitam na tarde desta quarta-feira e aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero iniciar o meu pronunciamento fazendo o registro do Dia Nacional da Consciência Negra, neste dia 20 de novembro, e uma singela homenagem a todas as organizações do Movimento Negro de Santa Catarina e do Brasil. Quero aproveitar também para provocar uma reflexão à sociedade brasileira e a esta nação, que dependeram a maior parte da sua existência aos negros, aos descendentes de escravos que durante três séculos, 300 anos foram a principal força de trabalho utilizada para a construção deste país.

Se o Brasil tem 500 anos de colonização, nós somos de origem europeia, à exceção dos portugueses que vieram anteriormente, em 1.500, justamente para colonizar, nós viemos anteontem, há 150 anos. E nos três séculos anteriores já havia sido desenhado o mapa deste país continente construído pela força do trabalho escravo, aliás, um grande genocídio patrocinado contra o ser humano e contra a humanidade - este registro tem que ser feito -, e o Brasil não pagou até hoje a sua dívida histórica com toda a massa de dependentes de escravos. Repito: por três séculos seguidos construíram este país que nós todos hoje usufruímos.

Muito pelo contrário, os negros foram impedidos da posse dos meios de produção. A primeira lei da terra do Brasil é de 1850 e foi criada também porque os escravos que estavam se tornando libertos pouco a pouco com as diversas leis ou até pela compra da liberdade, da alforria, poderiam se apossar da terra, assim como os brancos faziam. Então, foi criada uma lei da terra para dizer que não podia. E antes da chamada ou mal chamada libertação dos escravos, em 1888, garantiu-se que os ex-escravos ou os escravos que seriam libertos em seguida não tivessem acesso aos meios de produção, não tivessem acesso à terra. E foram todos empurrados, na imensa maioria, para a periferia das grandes cidades, já que a propriedade da terra foi garantida pela força do

estado para impedir que os negros dela se apossassem.

Então, a nossa homenagem, hoje, a todos os descendentes de Zumbi dos Palmares pelo seu dia. Mas o deputado Sandro Silva por certo vai falar com mais propriedade sobre o assunto, pois tem convivido e debatido melhor essa questão da consciência negra e do movimento negro no estado de Santa Catarina. Vejo que ele estava preparando, até combinei de levantar algumas bolas e deixar pingando aqui para ele chutar, continuar e aprofundar esse debate com mais eficiência do que pude fazer.

Quero registrar também a ocorrência do Seminário Internacional - A Produção Contemporânea de Alimentos para a Humanidade: Impasses e Desafios, que está acontecendo no plenarinho da Assembleia Legislativa desde ontem de manhã e encerra hoje à tarde.

É uma iniciativa do Laboratório de Estudos da Reforma Agrária e de Produção de Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem o apoio do nosso mandato e o apoio do presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa; um debate muito importante que diz respeito a todos nós, e isso não é somente uma retórica, pois a produção e a qualidade dos alimentos produzida são de interesse de todos os seres humanos que respiram sobre a terra. Portanto, de todos nós também, daqueles que vão ganhar R\$ 4 mil, R\$ 3 mil, R\$ 10 mil, R\$ 12 mil e daqueles outros que vão ganhar R\$ 26 mil.

Temos uma realidade social em que está cada vez mais concentrado o controle dos alimentos a um grupo cada vez menor composto de grandes monopólios empresariais que controlam toda a produção e distribuição, através da venda dos insumos para a produção do controle genético das sementes, adubos, maquinaria, veneno e do controle da comercialização.

Uma das conclusões a que se chegou nesse seminário que veio expor de forma cientificamente estudada é de que o melhor alimento que se pode consumir é aquele produzido mais perto da nossa

casa, principalmente com relação às questões da saúde, da promoção da saúde humana e da boa nutrição do organismo humano.

Na lógica do mercado mundial, numa sociedade capitalista desenvolvida, cada vez mais os alimentos viajam milhares de quilômetros a mais para depois serem consumidos. E isso afeta, evidentemente, o meio ambiente. A própria lógica econômica não tem sentido, ou seja, comer um produto lá da Ásia quando se pode produzir aqui, inclusive sobre a capacidade nutriente desse alimento, pois ele perde quando se afasta do local onde foi produzido, porque a incidência de raios solares tem a ver tanto com a composição do organismo do ser humano que vai consumir quanto com o produto produzido. Toda energia é gerada pelo grande reator sol, mas as incidências de raios solares são diferentes numa região tropical de outras regiões.

Então, esse debate, entre outras coisas, que está sendo feito na Assembleia Legislativa, foi cientificamente estudado.

Mas eu queria parabenizar os organizadores, agradecer à Mesa Diretora da Casa que está apoiando esse evento que acontece aqui, sobre o qual precisaríamos de mais tempo para refletir. Não somente nós, parlamentares, mas o conjunto da sociedade catarinense.

Por fim, vendo novamente os servidores e servidoras aqui na tarde de hoje, e assim deve ser nas próximas semanas, quero esclarecer algumas coisas. Primeiramente, que todo o projeto que estiver de acordo com o das categorias de base do serviço público estadual nós estaremos apoiando. E já posso dizer de antemão "sim" ao PL n. 504, de interesse dos servidores do Iprev e da secretaria de estado da Administração e da PGE, como também a todos os projetos em que a base do serviço público esteja de acordo que seja votado.

Acompanhamos o pessoal do Iprev nesses seis anos, até fazia referência de que houve um período em que eles ficaram seis meses morando aqui praticamente, pois eu chegava nesta Casa, às 7h, e eles estavam sentados ali esperando os

deputados para conversar, e saía à noite e eles continuavam sentados esperando os deputados para conversar. Muitos de vocês que aqui estão estavam ali sentados, nós sabemos disso. Então, não há o menor perigo deste parlamentar e de nenhum outro, na minha avaliação, fazer qualquer iniciativa no sentido de prejudicar essa tramitação.

No entanto, nem todos os projetos que estão aqui têm essa mesma característica. Nos nossos próprios da Segurança Pública, dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, dos militares estaduais, da segurança pública em geral, há um monte de ressalvas para serem feitas, sem falar da questão do teto a que me referia ontem, que há mais de 2.200 servidores que vão para o teto do Poder Judiciário. Isso, sim, tem efeito e consequência em outros setores de cima da cúpula que vão se agarrar para ir nessa mesma direção. E aí ocorre um efeito cascata ali por cima, somente pela turma lá de cima dos poderes e dos órgãos, podendo ser dito que ali havia um trenzinho da alegria, na área daquela PEC que está em discussão na Casa.

Esta manifestação não poderia deixar de fazer.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Altair Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, estamos muito felizes de receber os vereadores de Bom Jesus do Oeste, Clair Serpa, Ivaldo Ribeiro, Leisi Rauber Wandscheer, Airton Luiz Belusso, Hari Schmidt, Adriane Michailoff Albani, Valdenor Nascimento, Ediane da Silva Bruinsma, Elisandro Vanderlei Scheel e a diretora executiva da Câmara, sra. Charlene Kreuz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero, inicialmente,

cumprimentar a distinta plateia que acompanha os trabalhos de hoje e saudar o vereador Nicolete e Osmair, de Rio Negrinho, e em seus nomes saudar todos os vereadores e demais autoridades presentes nas galerias desta Casa.

Quero, da mesma forma, cumprimentar todos os acadêmicos da Unoeste que visitam esta Casa. Hoje recebemos os formandos da faculdade de Direito. E vou saudá-los pelo nome: Bruna Menegazzo, Flávio Prates, Marilce Carraro, Jonatas Evangelista de Resende, Luiz Carlos Stahnke Junior, Junior Assis Strello, Julian Augusto Negrini, Claudia Graziele de Souza, Ezequias Mayer Duarte, Glaucia Aline Kirsch, Lucier Guindani, Allan Francisco Fuhr, Michele Martin Oliveira, Luciana Zanella, Elizabete Geremias, Tânia Regina Mattos e a Juliana.

Esta delegação veio da Unoeste, numa viagem de estudos. Tenho certeza de que através do contato que tiveram com os deputados e seus assessores seguramente voltarão com certo enriquecimento e aprendizado.

Quero também cumprimentar o sr. Vendelino Raimondi, presidente da comissão que estuda a possibilidade da criação de um município novo que seria desmembrado do município de Itajaí. Como é do conhecimento de todos os parlamentares, na verdade, houve uma febre há dois anos no sentido de se criar municípios. Foram criados muitos municípios, alguns deles com um número pequeno de habitantes, e assim a arrecadação do ponto de vista administrativo era inviável. Por isso que por um período foi vetada a criação de novos municípios.

Foram tramitados no Congresso Nacional vários projetos de lei, culminando com a aprovação do Projeto de Lei n. 416, de 2008, que era uma extensão de um projeto de lei que havia começado em 2002. Mas haviam diversos projetos apensados que tratavam justamente da criação, da incorporação, da fusão ou do desmembramento de novos municípios. Em Santa Catarina, há 295 municípios, sendo que dois deles foram para a Praia do Rincão e para a Praia Brava, os quais

foram incluídos nos dois municípios. E no Brasil há em torno de 5.556. Mas existe um projeto que trata da criação de novos municípios, e já há mais de mil encaminhados no seu pedido.

Conforme a Lei n. 416, de 2008, foi aprovada no Congresso Nacional a criação, em nível de Brasil, de em torno de 180 municípios. Por que somente 180 dos mil? Porque foram impostas várias exigências.

Uma delas é o número de habitantes, e teria que haver, além da estrutura social, da estrutura urbana, uma arrecadação mínima, mas diante dessas exigências, 180 deles poderiam estar habilitados para serem emancipados. No caso aqui de Santa Catarina, o município de Itajaí, que tem aproximadamente 480 Km². E existe a intenção da população, especialmente da área rural de Itajaí, de emancipar 40% do total da área do município. Sobrariam para Itajaí em torno de 450 Km² que ficariam para o município de origem, e 220 km² seriam para o novo município criado.

Então, o Vendelino Raimondi, esse que cumprimentei inicialmente, está formando uma comissão para fazer reuniões com diversas comunidades da área rural de Itajaí que alcançam o número de 15 a 20 mil habitantes e que teriam uma arrecadação acima de R\$ 15 milhões/mês. Arrecadação essa que tornaria possível, então, a criação desse novo município. Porém, a presidente Dilma Rousseff, na semana passada, vetou aquele projeto de lei que foi votado no Congresso que permitiria a criação de novos municípios, em vez de homologá-lo. Agora, vai depender do Congresso Nacional a votação do veto presidencial, pois se conseguir derrubar o veto, essa comissão que já está fazendo reuniões nas comunidades rurais sobre a criação desse novo município continuaria a fazer esses encontros.

Essa comissão está buscando assinaturas das pessoas que vão se reunir, até porque a Lei n. 416, que foi aprovada, exige que pelo menos 10% dos moradores, dos eleitores do novo município a ser criado assinem um abaixo-assinado com nome, número de Carteira de Identidade, Título de

Eleitor, para que fique bem identificado. Com as referidas assinaturas, seria encaminhado para a Assembleia, a qual faria um estudo sobre a viabilidade da criação desse novo município e seria votada e aprovada aqui. Naturalmente encaminharíamos numa próxima eleição, no caso em 2016, faríamos um plebiscito, no qual votariam todos os eleitores de Itajaí ou do município em que está ocorrendo o desmembramento, tanto da área desmembrada quanto da área mãe. Passado por isso, seria criado o novo município e daí na eleição seguinte haveria eleição para prefeito e vereadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar, inicialmente, todos os servidores públicos que aqui se encontram numa luta justa, significativa, desejando a todos um reconhecimento justo e adequado, porque se dedicaram à carreira, à profissionalização. Por isso meu reconhecimento e meus cumprimentos a todos vocês.

Quero trazer aqui, hoje, dois temas. Primeiramente, não poderia deixar de falar do Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem ao nosso ilustre, herói nacional por lei, nosso líder Quilombo dos Palmares, o Zumbi, que foi assassinado em 1695, quando chegou a liderar de 25 a 30 mil negros que fugiam da escravidão, mais especificamente numa região hoje situada no atual estado de Alagoas.

Mas quero dizer que o Zumbi continua, infelizmente, sendo assassinados todos os dias neste país pelas atitudes racistas e preconceituosas que ainda presenciamos. E quero chamar a atenção de algumas falas, infelizmente, de acadêmicos universitários que deveriam ter um pensamento mais nobre, equilibrado, humano, porque têm direito ao conhecimento diante de tantos

brasileiros que não podem chegar ao ensino superior.

Uma estudante da PUC, do Rio Grande do Sul, de Publicidade e Propaganda coloca o seguinte:

(Passa a ler.)

"Acabei de quase ser atropelada por um casal de negros. Depois vocês falam que é racismo, mas *tinha que ser, né?*"

Como se não achasse pouco a expressão "Tinha que ser, né?", afirmando seu racismo, a aluna da PUC-RS incrementou:

(Continua lendo.)

"Eu não sou racista, aliás, eu não tenho preconceitos. Mas cada vez que aprontam uma dessas comigo, nasce 1% de barreira contra pretos em mim."

Outra aluna do curso de Direito da UFSC, falando do mercado imobiliário de Florianópolis:

(Continua lendo.)

"Você tem direito a subir um morro bem alto, não pagar água e às vezes nem luz. Não pagará mais aluguel e vai ter que conviver com os traficantes de drogas."

Trago essas falas para dizer que os negros continuam sofrendo e apesar de vivermos num estado democrático de direito, numa democracia, continuam sofrendo racismo.

O preconceito de gênero e o preconceito de racismo, assim como o preconceito de classe neste país, ainda é muito forte e precisa ser combatido.

Os trabalhadores negros ganham 36% menos que os não negros, segundo o Dieese.

Faço essa menção para dizer que a nossa luta é uma luta permanente, persistente e continuada. E nós, brancos, temos que abraçar essa luta porque eu não acredito num país democrático e solidário, justo se não convivermos com os nossos coirmãos de forma respeitosa.

Da mesma forma, quero trazer outro tema que ontem foi bastante importante para alguns segmentos deste estado. Na tarde de ontem nós lançamos oficialmente a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.

Agradeço, especialmente, a alguns deputados, em nome das suas bancadas, que se fizeram presentes. Deputados Renato Hinnig, em nome do PMDB; Darci de Matos, em nome do PSD; Sargento Amauri Soares, em nome do PSOL; Dirceu Dresch e Neodi Saretta, junto conosco, em nome do PT.

Foi muito importante o lançamento da Frente Parlamentar, porque nós já identificamos problemas bem concretos.

Em primeiro lugar, o estado de Santa Catarina corre o risco de perder recursos do governo federal se em 15 dias o governo do estado não apresentar R\$ 400 mil na contrapartida desse projeto. Já identificamos um problema grave e estamos trabalhando para correr contra o tempo. Além desse problema, desse recurso que vai para os empreendimentos da economia solidária no estado inteiro, tanto os trabalhadores que compõem associações cooperativas de reciclagem do lixo, quanto os trabalhadores do artesanato, da tecelagem, enfim, todos os empreendimentos de economia solidária, nós também identificamos que o estado tem até o final do mês para convocar a Conferência de Economia Solidária e não está tomando providências quanto a isso.

Quero pedir ao governo do estado que tenha maior agilidade, porque é tanto trabalho para conseguir recurso e agora nós corremos o risco de perdê-lo. E a economia solidária, para quem entende, é justamente quem trabalha com a população mais pobre e carente do nosso estado.

Quero fazer esse pedido e dizer que a noite nós participamos de um ato solene extremamente emocionante, significativo, em que dez cooperativas e associações foram homenageadas.

Quero falar dos 11 projetos que tratam de diferentes categorias do serviço público estadual.

Da mesma forma que o deputado Sargento Amauri Soares, quero dizer aos servidores das 12 secretarias, fundações e conselhos que aqui estão que não vamos fazer nenhuma ação, e acredito que a maioria dos parlamentares, no sentido de prejudicar servidores ou retirar direitos. Isso,

não nos cabe. Mas é tarefa nossa, dos deputados, cuidarmos de algumas coisas.

Eu, especialmente, quero falar aqui sobre um cuidado que temos que ter. Fiquei muito preocupada quando observamos que a integralização de algumas gratificações acontecerá somente daqui a dois anos e meio. Nós precisamos antecipar esse prazo para que chegue mais próximo da atualidade.

Então, essa é uma emenda que queremos propor, para antecipar esses dois anos e meio.

(Palmas das galerias)

Em segundo lugar, com relação à situação da carreira militar, não dá para se desrespeitar a Lei n. 254 que estabelecia um diferencial entre o menor salário e o maior salário, no máximo, com uma diferença de quatro vezes. Eu não quero que o servidor ganhe dez vezes mais que o menor salário. Eu acredito que se faz justiça salarial também diminuindo e cumprindo com o que a lei já aprovada determina.

Em terceiro lugar, precisamos cuidar para que as carreiras não tenham níveis menores e estacionem na metade da vida funcional do servidor. Somente no final de carreira o servidor poderá acessar para um nível melhor, quando está quase se aposentando, para poder receber uma remuneração melhor. Parece-me que é injusto para alguém que se está dedicando ao serviço público.

Por isso queremos garantir uma carreira decente, equilibrada e harmônica, não deixando que da metade até o final de carreira o servidor estacione. Então, precisamos cuidar disso.

Por último, quero dizer que sabemos a dificuldade que tem o governo de garantir a isonomia e de garantir uma remuneração decente e adequada para todos. Eu defendo o princípio da isonomia, mas sei que neste momento talvez o avanço seja aprovar a lei por partes, tenho consciência disso, uma vez que temos muitos servidores.

(Palmas das galerias)

Mas quero chamar atenção de todos para dizer que temos o direito e o dever, por isso estou me manifestando nesta tribuna, faço política de cara

limpa, não escondo o que penso. Temos obrigação de trazer a preocupação com relação aos servidores também que não foram incluídos. É o caso, por exemplo, do magistério catarinense, dos professores estaduais que não aparecem em nenhum dos 11 projetos. Isto não é justo e nós, servidores, temos que ser solidários com todos, porque senão seria uma atitude até mesquinha dizer assim: "Como salvamos o meu salário, você que se vire com o seu".

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PMDB, o próximo horário está destinado ao PSD. Eu peço ao deputado Jailson Lima que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha neste plenário e também pela TVAL, eu tenho alguns assuntos a falar, mas um deles trata do seguinte, deputado Darci de Matos: eu, v.exa., o deputado Sandro Silva e o deputado Nilson Gonçalves fomos participar de uma audiência pública realizada pela comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, presidida pelo deputado Maurício Eskdlark, a pedido dos vereadores de Joinville, para ouvir essa comunidade.

A audiência pública aconteceu da forma que acho correta, ouvindo-se primeiro, para depois falar, ocasião em que um vereador colocou que está faltando gasolina para as viaturas da Polícia Militar. Isto não é verdade porque faz algum tempo que a Polícia Militar, assim como a Polícia Civil, utiliza um cartão para abastecimento em cotas. Já

se passou o tempo em que a viatura tinha apenas direito a 15 litros para gastar durante o dia em rondas, e se acabasse não tinha como reabastecer a viatura.

Mas uma coisa que está acontecendo é que os carros do DEAP para transporte de presos estão tendo que vir até Florianópolis para trocar o óleo do motor. Isso tem que ser resolvido!

Falaram também sobre a questão da falta de policiais. O subcomandante da 8ª região, tenente-coronel Adilson Micheli, falou exatamente sobre o processo desse concurso de mil homens e que estão indo para lá 80 policiais. No próximo concurso irão mais 40 policiais, inclusive mais 50 contratações de agentes temporários para fazer atendimento administrativo nos batalhões, o que libera os policiais para irem para a rua.

Outro assunto levantado foi sobre a falta de veículos. Relataram que Joinville está para receber, nos próximos dias, 75 novas viaturas para fazer reposição. Recebemos mais duas caminhonetes L-200, quatro motos e foram comprados com o Fundo Municipal de Reaparelhamento da Polícia Militar e da Polícia Civil doze veículos, ou seja, uma frota.

Houve uma cobrança muito grande da falta de câmeras de vigilância eletrônica. Hoje, Joinville possui 43 e dessas somente 36 estão funcionando. É uma coisa que sei que algumas pessoas sentem quando falo, pelo menos sou o único que fala, porque Joinville elegeu para governador Luiz Henrique da Silveira e nos oito anos do seu governo não instalou uma câmera naquela cidade. As existentes hoje foram instaladas pelo ex-governador Esperidião Amin. E agora o governo do estado fez uma parceria com o município e está instalando mais de 120 câmeras. Durante o governo de Luiz Henrique não foi instalada nenhuma câmera e nenhuma escola nova foi construída. A última escola construída pelo estado foi no bairro Jardim Paraíso, construída pelo ex-governador Esperidião Amin.

Tem gente que fica louca quando falo isso, mas contra fatos não há argumentos! Essa é a verdade!

Então, fomos lá, ouvimos, trouxemos essas reivindicações, mas na verdade observamos que muitas vezes as coisas são faladas e para quem escuta parece que é verdade. Mas foi bom porque quando estava sentado naquela audiência ao lado do comandante e alguém falava alguma coisa, eu perguntava se era verdade ou não e anotava para fazer as mudanças.

Srs. deputados, quero também parabenizar o governo do estado que está inovando ao utilizar as mídias sociais como mais um veículo de informação e divulgação do nosso estado para chamar turistas e para fazer campanhas de combate à dengue, de redução de consumo de energia e de água.

Quero parabenizar todos e deixar um material para os Anais da Casa, ou seja, o artigo colocado pelo secretário da Comunicação Social, Nelson Santiago, que diz o seguinte: "Governo do estado de Santa Catarina inova ao investir em campanha de mídia *on line*." Ele traz aqui alguns dados interessantes como, por exemplo, as festas de outubro, o retorno positivo das mesmas e, principalmente, a análise de preços bastante diferentes aos recursos investidos na grande mídia, como na televisão, podendo alcançar públicos alvos definidos quando investimos na mídia *on line*.

Hoje está todo mundo acessando a internet, seja no *smartfone*, no *tablet* ou em casa. Esta é uma grande força. Tivemos nas manifestações dos meses de junho e julho o reflexo dessa força.

Por isso quero parabenizar o governo do estado e também todos os deputados que têm feito uma demonstração de apoio a um projeto de lei de minha autoria que cria nesta Casa, no Poder Legislativo, uma função para funcionários de carreira, para cuidar especificamente dessa questão das mídias sociais. Isso é muito importante.

Eu sei que cada mandato, cada deputado tem a sua mídia, mas está sendo feito pela Casa esse acompanhamento das mídias sociais. É preciso fazer com que isso não seja uma boa vontade de um funcionário, de um colega meu jornalista e sim de uma política pública de comunicação desta Casa,

uma política de comunicação com certo investimento, para que possamos passar para as pessoas que vivem nas redes sociais aquilo que esta Casa está fazendo.

Para terminar, eu ontem não pude falar porque estava presidindo, mas chegando a casa, ao assistir, como tenho o hábito de acompanhar as sessões, quando possível, à sessão na TVAL, quando é feito reprise, e não somente aqui - ontem, alguns dos nossos parlamentares fizeram a defesa aqui do Partido dos Trabalhadores -, ao ouvir o rádio hoje, ao acompanhar também a sessão da Câmara federal, percebi que está havendo exageros de todos os lados! Do Supremo, da mídia e da defesa dos companheiros que estão fazendo a defesa.

Eu estava ouvindo alguns petistas fazer a defesa e fiquei com vontade, deputado Maurício Eskudlark, de telefonar para o presidente Joares Ponticelli que neste momento está tendo uma audiência com o papa Francisco, o nosso papa argentino. Ele e o vice-governador estão lá tratando da beatificação da nossa beata Albertina Berkenbrok. E eu fiquei com vontade, ouvindo a defesa dos petistas, do Genoíno, do Dirceu, de dizer assim: "Joares, fala com o papa para beatificar o Genoíno também, o Dirceu, todos esses". Porque fazem uma defesa que parece que são santos! Tinham que botar lá na lista para beatificar o José Genoíno, o Dirceu e não sei mais quem!

Gente do céu, quando vemos o petista fazendo a defesa deles lá, só falta botar uma auréola na cabeça! Só falta isso!

(Palmas das galerias)

Porque parece que não fizeram nada, que são uns coitadinhos! E há uma expressão de que o santo bom faz milagre e não aparece. O santo bom dessa turma toda é o Lula, porque nunca aparece nada dele! Nunca aparece! Ele era o mandatário, mas ele não aparece. Bota lá o Delúbio, bota lá não sei quem. Mas eu ainda vou fazer essa ligação. Não sei se o papa já atendeu o deputado Joares Ponticelli, mas eu queria pedir para fazer uma relação dos

mensaleiros que irão virar santos! Eu não, Deus o livre! Mas por aí alguns parece que sim!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu concedo um aparte a v.exa., deputada Ana Paula Lima, só não vem falar que o Dirceu é santo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Nem v.exa. é, deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não, não sou.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Ninguém aqui é santo e nem queremos ser.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas eu não estou preso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Nem queremos.

Sr. deputado, muito obrigada pelo aparte, pela sua gentileza, mas está havendo muitos exageros. Não sei se v.exa. acredita no papa, pois é evangélico, e acho que não confia no papa, mas a outra questão é a seguinte: está havendo exageros. Se v.exa. tem a liberdade, como eu e qualquer um aqui, de expressar a sua opinião foi graças a companheiros como José Genoíno e José Dirceu que lutaram pela democracia em nosso país.

V.Exa. sabe que houve um deputado neste Parlamento, o deputado Paulo Stuart, que foi cassado na época da ditadura porque não havia liberdade de expressão. Então, esses companheiros lutaram por isso.

(Palmas das galerias)

Eu não estou defendendo aqui a forma. Eu quero saber qual foi o crime, que para mim isso que está ocorrendo é crime político. E temos que ter muita atenção no que está acontecendo.

O seu telefonema para o deputado Joares Ponticelli é para ele também perguntar se o Joaquim Barbosa é também santo, porque de santo não tem nada, das arbitrariedades que ele cometeu como presidente do Supremo Tribunal Federal!

Também, sr. deputado, quero ainda fazer uma ressalva: temos que ter cuidado, porque a quem nos reportamos para as arbitrariedades do presidente do Supremo Tribunal Federal até o momento está usando aquele cargo para espetáculo imediato.

Nós temos que ter cuidado com essa situação não somente do meu partido, mas também do seu partido, para não vivermos épocas de ditadura como vivemos nos anos passados.

Os meus respeitos aos deputados José Genoíno e José Dirceu, mas quero que o mensalão do PSDB de Minas Gerais, de São Paulo e de Arruda tenha o mesmo tratamento!

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputada, há duas coisas: em primeiro lugar, cuidado quando falar do presidente do Supremo, porque hoje é do Dia da Consciência Negra. Em segundo lugar, quem é pego com dinheiro na cueca não é santo.

Eu volto a dizer que está havendo um exagero de todas as partes, como disse no início da minha fala: da questão do Supremo, da questão da própria mídia e, principalmente, também da defesa dos petistas.

Por favor, vamos respeitar! Eu ouvi aqui a população, independentemente de credo religioso, aplaudir quando se falou dos que estão lá presos e que foram condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça. E ouvi aqui v.exa. ser aplaudida somente pelos assessores do PT.

Então, continua sendo isto: a defesa pergunta na rua se a maioria da população está tendo a mesma visão que v.exas. estão tendo ou não.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não vou lhe conceder mais um aparte! V.Exa. já utilizou muito do meu tempo no seu aparte!

Então, quero deixar bem claro que está havendo um exagero. E tenho absoluta certeza de que aquilo que estou falando aqui tem o grande respaldo de toda a sociedade brasileira que queria ver, sim, isso acontecer.

Quem esteve o tempo todo roubando o estado, fazendo das pessoas a sua bandeira...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Onde?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós, com certeza, estamos falando aqui que está havendo

todo um exagero. Agora, com certeza, quando ouvimos um petista fazer a defesa dos camaradas que estão lá presos, deu vontade de pedir para eles virarem santos, porque é igual quando um camarada morre: quando morre, deputado Maurício Eskudlark - e pode ser qualquer um -, vira santo! E agora é que estamos vendo isso!

Chega disso! Vamos passar a limpo esta nação que, com certeza, o povo vai agradecer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino e, na sequência, a deputada Ana Paula Lima.

Eu vou passar a Presidência ao deputado Kennedy Nunes porque, na sequência, utilizarei a tribuna em nome do PT. E, em consequência disso, vou ter que falar sobre o tema abordado pelo deputado Kennedy Nunes.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, em 1946, por uma emenda do comunista Jorge Amado, instituiu-se a liberdade religiosa neste país.

Eu sei que no credo de v.exa. não se acredita em santo, mas muita gente neste país acredita. E gostaria que o senhor tivesse mais respeito na hora de usar esse nome na tribuna, porque esta Casa tem respeito a todos os credos. E se v.exa. acha que santo é uma alegoria capaz de fazer gracejo na tribuna, eu gostaria que mantivesse, no seu credo, respeito aos demais credos.

(Palmas das galerias)

Eu também não compartilho da crença, mas acredito que a liberdade religiosa e o respeito a todas as matrizes, hoje, no Dia da Consciência Negra, é uma coisa boa de lembrar.

Liberdade religiosa implica em respeito a todas as formas de religiosidade, até daqueles que acreditam em santo, que eu sei que o senhor não acredita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada Angela Albino, v.exa. tem razão quando fala em respeito aos santos. Acho que gente como José Genoíno e José Dirceu não merece nem sequer falar como santo. V.Exa. tem razão porque nós não podemos querer comparar pessoas condenadas, presas como santas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Concedo a palavra, pela ordem, a v.exa. somente se não for falar do assunto!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas se o senhor tem o direito de falar do assunto, por que eu não tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Eu estou presidindo a sessão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - E qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Concedo a palavra, pela ordem, se v.exa. não for abordar o assunto!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Então, vou pedir um aparte ao meu companheiro deputado Jailson Lima, quando ocupar a tribuna!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Então, na fala dele, através de um aparte, v.exa. pode se manifestar. Pela ordem, somente se for para falar de outro assunto!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Eu quero falar do direito à liberdade sem extrapolar o direito à justiça constitucional.

Tendo em vista a temática abordada pelo deputado Kennedy Nunes, é lógico que quando se comete um crime ou se extrapola as questões normais tem que haver penalidades, tem que se estabelecer julgamentos justos.

Não é por ser o dia da Consciência Negra e termos um presidente do Supremo da cor negra que

justificam comportamentos que excedam a processos democráticos, inclusive do ponto de vista constitucional.

Não estou entrando aqui na beatificação dos réus, estou entrando aqui no direito de defesa constitucional e nos caminhos construídos mediaticamente para tentar aparecer, produzindo, principalmente, custos e despesas aos estados. Por quê? Porque o próprio Joaquim Barbosa determinou a prisão e sequer comunicou ao juiz de Brasília que os presos iriam para lá. Hoje, um conjunto de juizes, o conjunto de representantes da OAB assinou um manifesto que repudia as prisões da Ação Penal n. 470. Não estão negando o resultado da ação, estão julgando e se manifestando diante da forma como se manifestaram e executaram as prisões. Se um preso é condenado a regime semiaberto, pelo conjunto do Supremo o ministro Joaquim não tem autoridade constitucional para definir quem ficará na prisão. Isso é direito à defesa?

Independentemente de qual seja o comportamento do ministro Joaquim no dia da Consciência Negra, foi diferente para os réus porque os do PT que foram presos, os dos bancos foram dos outros partidos, e nenhum deles foi preso. Nós temos um do PP que teve quatro anos e poucos em regime semiaberto. O cidadão do PP vai ter pena comunitária.

Qual é o peso e a medida para a decisão judicial do dito Joaquim?

Tanto que nesse manifesto está o seguinte:

(Passa a ler.)

"O manifesto classificou açoitamento e ilegalidade a decisão de Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, de determinar a prisão dos réus do mensalão, em 15 de novembro, dia da Proclamação da República."

Segundo o texto, a medida constitui mais um lamentável capítulo de exceção e um julgamento marcado por sérias violações de garantias constitucionais.

Aqui, inclusive, há assinaturas de representantes da OAB do Brasil, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é advogado.

No manifesto está ainda o seguinte:

(Continua lendo.)

“Ao fazer o pedido de prisão e só expedir as cartas de sentença 48 horas após a prisão de todos os réus, Joaquim Barbosa desrespeitou a lei de execuções penais, o que leva o grupo a lançar dúvidas sobre o preparo ou a boa fé do ministro”.

Não sou eu que estou dizendo isso. Esse é um manifesto público assinado por uma série de juristas como Dalmo Dallari, que já foi do PT, não é mais, que são figuras de reconhecido conhecimento e notórias na área jurídica.

Ao mesmo tempo, diz-se ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal fez os pedidos de prisão, mas só expediu as cartas e sentenças 48 horas depois, um erro inadmissível que compromete a imagem e a reputação do Supremo Tribunal Federal e já provoca reações da sociedade e do meio jurídico. O Supremo Tribunal Federal precisa reagir para não se tornar refém do seu presidente.

Estou fazendo este pronunciamento não para salvaguardar companheiros do meu partido, mas para salvaguardar o direito constitucional de defesa e de decisões de uma postura centralizada, de um cidadão que do dia para a noite vira presidente da instituição e que acha que pode fazer tudo, independentemente de uma Corte que é respeitável e que tem que permanecer com o seu respeito jurídico do ponto de vista do país.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

O Deputado Joaquim Barbosa está fazendo como o deputado Kennedy Nunes quando assumiu a Presidência, cassando até a palavra, não nos dando direito à fala e rebatendo, inclusive, colegas que aqui se manifestaram.

Não é isso que nós queremos, não é isso que nós defendemos. Defendemos a democracia. Por

isso que nós somos contra as decisões do presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, deputado Kennedy Nunes, porque temos que ver o que está por trás disso.

V.Exa. imagina se nós tivéssemos a exposição que foi dada para o Joaquim Barbosa durante todo esse processo. É de manhã, de tarde e de noite na televisão. É de manhã, de tarde e de noite nas rádios. É de manhã, de tarde, de noite, em todas as horas, em todos os jornais!

Imaginem a população vendo somente um lado da moeda, não vendo o outro lado. E o direito de defesa, deputado Jailson Lima?! Nós lutamos para isso e precisamos que isso seja mantido, até porque hoje à tarde está tendo uma reunião no Supremo com o desacordo inclusive, dos outros ministros!

Será que é somente a voz dele que tem que ser ouvida?! Será que ele é o senhor de todas as coisas? Quem julga esse cidadão? O deputado Kennedy Nunes vai apelar para o Papa, eu tenho que apelar para Deus, porque ninguém consegue conter esse senhor. E o estado de direito de democracia que lutamos tanto?

Por falar em manifestações, deputado Kennedy Nunes, as últimas pesquisas feitas em nosso país dá para a presidente Dilma Rousseff aprovação de governo.

Então, é no governo do Partido dos Trabalhadores que têm sido feitas as mudanças em nosso país. E eu defendo, sim, a democracia, defendo José Genoíno, defendo José Dirceu, porque não entendi ainda do que eles estão sendo acusados.

Por que não é dinheiro público. Prove-me, se v.exa. for capaz disso.

Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É importante ressaltar ainda que a teoria do domínio do fato do jurista alemão Claus Roxin, que ele mesmo designou, disse no Brasil que essa teoria não poderia ser utilizada na condenação da Ação Penal n. 470. Está muito mais do que claro, porque ela não cria, não tem comprovação dos fatos.

O jurista de grande envergadura Ives Grandra, de vinculação ao PSDB, manifestou-se publicamente em nota dizendo que nessa ação não existe a mínima comprovação que justifique a condenação da forma como foi desenvolvida, deputado Volnei Morastoni.

Neste momento, deputado Kennedy Nunes, mesmo sabendo que o Supremo tomou a sua decisão e eles foram condenados, quero questionar o método, a forma, o excesso de autoritarismo do presidente do Supremo.

Ao mesmo tempo também, quero fazer aqui uma análise do ponto de vista de saúde como médico. Qualquer presidiário, deputado Maurício Eskudlark, com um problema de saúde, antes de ser colocado na cadeia, tem que ser solicitada uma avaliação médica. Sim ou não?

O Instituto Médico Legal de Brasília, ontem, em junta pericial, avaliou o deputado José Genoíno e colocou em laudo pericial como uma condição grave de saúde a dele, na forma como foi preso. E nenhum é do PT!

Como é que o presidente do Supremo designa isso e não se dá atenção a um cidadão que acabou de sair de uma UTI, de um procedimento cirúrgico?!

Simplesmente para aparecer um pouco mais. Então, além disso, há essas questões que ultrapassam os limites da racionalidade jurídica, principalmente do ponto de vista da saúde dos presos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSDB

(Pausa)

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar aqui, em primeiro lugar, o presidente do partido, senador Paulo Bauer, cumprimentar os meus companheiros deputados Dado Cherem, Gilmar Knaesel, Nilson Gonçalves, Marcos Vieira, enfim, todos os deputados.

Quero cumprimentar também o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, que justamente na semana passada apresentou um projeto de lei sob o contexto do Bolsa Família, da necessidade da inclusão social através de um programa social que foi criado pela d. Ruth Cardoso, no governo Fernando Henrique Cardoso, que depois, no governo de Lula, ganhou o nome de Bolsa Família, reunindo todos aqueles programas de promoção social, criando-se em cima do Bolsa Família um grande mote e criando, inclusive, um estigma de que somente o atual governo teria o interesse de mantê-lo.

Na semana passada, o senador Aécio Neves, do PSDB, apresentou um projeto de lei garantindo emprego às pessoas que estão no programa que hoje ultrapassam três milhões de famílias, que correspondem a mais de 32 milhões de eleitores, e, sem contar, certamente, os filhos dependentes, correspondem a 40, 42 milhões de pessoas.

É um programa importante, que tem uma forma de identificação, pois identificadas essas pessoas e suas deficiências, haverá um caminho melhor que simplesmente receber um valor do Bolsa Família. Que essas pessoas, então, possa ter dignidade através do trabalho, passando por um processo de inclusão social, sendo que dentro, naturalmente, desse processo o principal é justamente a questão profissional.

Então, existe aquela preocupação do pai de família que ganha aquele valor e, paralelamente, faz um bico, faz um serviço e que, ao se registrar na carteira, daqui a um ou dois meses, será cortado do Bolsa Família.

Assim sendo, esse programa dará condição a essas pessoas de fazerem um curso profissionalizante, capacitá-las para ter um bom

emprego, permanecendo na inclusão do Bolsa Família seis meses depois de estarem trabalhando, conforme o projeto. O valor do Bolsa Família é justamente para estimular essas 30, 40 milhões de pessoas que recebem mensalmente a encontrar formas melhores do que simplesmente aquele pequeno recurso que dá estabilidade à família e que a origem é para isso.

Infelizmente, nós, como governo, ainda precisamos fazer, urgentemente, uma mobilização social em nível de Brasil, para que isso seja incluído no orçamento. Agora é hora de votar o Orçamento do próximo ano, tanto nas assembleias dos estados quanto nas Câmaras de Vereadores, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Há algumas décadas não era obrigatório nenhum investimento na educação, depois foi criada a necessidade de que teria que ser destinado um percentual para a educação. E agora evoluímos e já está fixado na cabeça dos governantes de que 25%, no mínimo, de toda a arrecadação terão que ser destinados à educação.

Eu ainda era deputado federal há dez anos quando aprovamos um projeto de lei que criou a obrigatoriedade dos estados e dos municípios de destinarem, respectivamente, 12% e 15% para a saúde. Cada município aplica 15% do seu recurso no seu município e 12% no caso dos estados.

Ainda falta evoluir para se criar um grande fundo da saúde, que seria composto por 12% do estado e 15% dos municípios, e depois cada cidadão, em qualquer lugar do estado, que precisasse de serviço médico teria um valor que poderia ser fixado para que em todos os municípios houvesse um valor referência por habitante, independentemente da arrecadação.

Por que isso é importante? Porque hoje 15% do município que tem uma arrecadação pequena podem significar R\$ 1.000,00 por habitante/ano para a saúde. Num município que tem uma grande arrecadação, 15% podem significar R\$ 2.000,00 por habitante/ano. E ainda num município médio poderia significar R\$ 1.500,00, ou seja, o valor absoluto arrecadado em cada município para o fundo municipal da saúde, como está agora, é

insuficiente e desigual. O tratamento de uma enfermidade, em qualquer lugar deste estado, é mais ou menos igual, mas o valor que o município tem para ser aplicado é variável.

Por isso que precisamos pensar urgentemente na criação deste fundo estadual que seria composto pelos 15% da arrecadação dos municípios e 12% da arrecadação do estado. E gostaríamos que nesse fundo tivessem também os 10% do Orçamento Geral da União. Aí, então, o estado teria um volume bastante razoável para poder fazer o atendimento. Infelizmente, ainda não chegamos nesse ponto.

Com relação à questão da assistência social, nós ainda estamos no zero, ou seja, não existe obrigatoriedade de fazer nenhum tipo de investimento na área social.

Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que obriga os estados, os municípios e a união a destinar, pelos menos, 5% da sua arrecadação para os programas de inserção social, onde poderiam estar incluídos os recursos destinados à Bolsa Família, a programas de qualificação, como há hoje o Pronatec e centenas de outros programas que poderiam ser executados nos estados e nos municípios, mas que infelizmente não são.

Há uma legião de assistentes sociais, de pessoas que conhecem a realidade de como poderíamos ajudar a resolver essa questão, no entanto, qualquer tipo de governante, em qualquer lugar do planeta, seguramente tem dificuldade de investir na área social. E justamente quem começou a fazer esse investimento foi exatamente Fernando Henrique Cardoso, com diversos programas de inclusão social, que depois evoluiu para o chamado Bolsa Família. Agora precisamos justamente ampliar esses conceitos e criar uma obrigatoriedade para destinar até 5% de todo o Orçamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SR. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aproveito este breve tempo para fazer duas ponderações. Uma delas diz respeito ao Dia da Consciência Negra, que precisa ter a atenção de todos nós.

Ainda quando vereadora, em 2005, instituímos o Dia Municipal da Mulher Negra, em julho. Também fizemos isso no âmbito do estado, atentando para um detalhe muito significativo que assume participação política, especialmente das mulheres negras, bem como de toda a população negra no estado de Santa Catarina. Tanto que na história do Parlamento da capital dos catarinenses nunca tivemos uma mulher que tivesse assumido como titular uma cadeira, e neste Parlamento tivemos apenas uma pessoa negra que assumiu como titular uma cadeira, que foi a deputada Antonieta de Barros; feito esse tão extraordinário apenas repetido por um homem, o agora deputado Sandro Silva.

Isso demonstra que de fato a população negra precisa de um dia para se debruçar sobre esse tema com mais cadência e discutir a diferença salarial que atinge em particular as mulheres negras. Hoje, as mulheres negras neste estado chegam a receber 60% a menos que o homem branco. A mulher negra acumula restrições e a discriminação que a sociedade faz com as mulheres e com os negros. E isso se espelha, por exemplo, na diferença salarial. Este estado, aliás, é o estado brasileiro que tem essa maior diferença salarial.

Portanto, vai aqui o meu abraço à população negra, hoje aqui representada pelo deputado Sandro Silva.

Quero também aproveitar este momento para discutir um pouco os temas afetos aos servidores públicos. Primeiramente, quero falar aqui como sindicalista do movimento sindical de servidores, pois sou oriunda da Justiça do Trabalho, e nessa qualidade fui diretora da Federação do Sindicato Estadual em Santa Catarina.

Considero lamentável que tenhamos uma política ainda de pequenos grupos que vão conquistando, em

alguns momentos da história, pequenos arranjos. Precisamos de uma política de estado que discuta o papel dos servidores públicos como quem realiza a política pública. Esse é o papel dos servidores públicos. Não adianta termos, no Parlamento ou no Executivo estadual, a melhor ideia de como conduzir o estado de Santa Catarina se não forem os servidores públicos que realizam essas políticas públicas.

Por isso tenho que compartilhar com vocês a minha primeira percepção de que está equivocado esse caminho que historicamente Santa Catarina tem trilhado de ir discutindo por categorias. No entanto, chegamos até aqui. Embora, precisemos olhar para frente, chegamos até aqui. Digo isso porque tenho sido procurada insistentemente por alguns servidores ligados ao Iprev, à Procuradoria, enfim, a alguns órgãos da secretaria, que desde que eu era suplente nesta Casa vêm discutindo alguma forma de minimizar suas perdas salariais.

Hoje, estive conversando comigo a Camile que entrou em 2005 e até hoje não recebeu nenhum reajuste. Se nós não estivéssemos discutindo aqui que qualquer mudança para os servidores dessas três categorias, secretaria da Administração, PGE, SEA, Iprev, pudesse melhorar a de alguém... Agora, dizer que para mim é janeiro, para vocês não pode ser junho e janeiro. Quando os órgãos técnicos do governo disseram que pode, não há cabimento algum, não há lógica alguma!

(Palmas)

Portanto, considero que é preciso o governo manter a palavra que enviou para cá, tardiamente, mas antes tarde do que nunca.

Aristóteles, segundo o princípio da equidade: Nós fazemos justiça tratando desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desiguam. Portanto, se essas três categorias, desde 2005, desde 2006, estão construindo esse projeto agora, não é justo que a gente mude, não para beneficiar alguém, mas para ninguém ver que alguém foi mais contemplado.

Seria muito injusto dessa forma e estamos juntos para construir, aqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, diante da acirrada plenária de hoje com os discursos dos eminentes colegas que se manifestaram, eu não vou adentrar nessa polêmica porque para adentrar a esse assunto vou precisar de mais tempo do que os sete minutos que o nosso partido dispõe.

Eu quero me manifestar a respeito de um assunto que já fiz referência, nesta tribuna, e que não vejo avanços. Trata-se da nossa situação no Brasil no que diz respeito à segurança. A insegurança do bom cidadão, ou seja, daquela pessoa que trabalha, que estuda, que faz seus afazeres.

Do outro lado, nós vimos aquelas manifestações que iniciaram pacíficas e que se transformaram em violência; na destruição do patrimônio público, privado, na interdição das rodovias e até, muitas vezes, do sistema ferroviário. E quando há presença e participação, em especial, da Polícia Militar, é que em qualquer manifestação, mesmo para se autodefender, o nosso policial, de algum modo, ainda é, se não condenado, injustiçado porque ele é reprimido, muitas vezes, através das manifestações.

Ora, se as pessoas de bem estão trabalhando, estudando, fazendo suas atividades, precisam ir e vir, não importa o meio de transporte. Ao mesmo tempo, as pessoas que têm seus patrimônios, sejam privados ou públicos, que pertencem ao governo ou aos governos, mas que em contrapartida são construídos pela sociedade, ou seja, pela

população brasileira - nós não vemos punidade para esses bandidos, agressores do patrimônio público - , são agredidas verbal ou fisicamente. E quando a polícia age ou tenta agir, muitas vezes é coibida porque fica numa situação em que qualquer ação um pouco mais repressiva já é condenada.

E as nossas autoridades precisam, urgentemente, punir aqueles que estão agredindo, atrapalhando, violentando as pessoas de bem. Não há mais como continuar nessa situação! É preciso que esses infratores sejam punidos, seja pela detenção, pela prisão, respeitando, evidentemente, a lei, para coibir esse tipo de delito. Não é possível que aqueles que praticam a violência continuem todos os dias nas ruas, à noite, de dia, praticando atos de vandalismo e de violência. A sociedade vai se recuando, se reprimindo, ficando refém dessas pessoas, porque não há efetiva punidade aos verdadeiros bandidos, agressores através de seus instrumentos, que é a máscara, que não têm coragem de mostrar a sua face para a população e para a própria polícia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas quero fazer um apontamento positivo, porque às vezes pequenos gestos têm grandes significados. E hoje, no Dia Nacional da Consciência Negra, a Assembleia Legislativa adotou como sua identificação no *twitter* a imagem de Antonieta de Barros.

Quero parabenizar a assessoria desta Casa, que assim procedeu.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Gostaria de comunicar aos srs. deputados e às sras. deputadas que devido a uma queda na energia acabamos ficando com o sistema fora de área, que ainda não retornou, sendo que a presença será anotada pela assessoria da Casa para, posteriormente, ser registrada. Mas ninguém que está presente levará falta.

Esta Presidência comunica ainda que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão encaminhamento conforme determina o Regimento Interno.

Projeto de Lei n. 0235/2013, de autoria do deputado Dado Chereim, que dispõe sobre o uso de balas de borracha pelas Polícias Militar e Civil em manifestações públicas de caráter reivindicatório e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0531/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Associação Nosso Deus, com sede no município de Içara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0548/2009, de autoria do deputado José Natal Pereira, que declara de utilidade pública a Associação de Corredores de Rua de Biguaçu - Acorbi, com sede e foro no município de Biguaçu.

Este é um dos projetos que será determinado o arquivamento.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade à Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera o inciso I do art.14 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos Conselhos Estaduais de cunho social.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0253/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que denomina rodovia prefeito Alcides Angelo Saretto o trecho da Rodovia SC-108, compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0370/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre a implantação de espaços de retenção para bicicletas e motocicletas e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2013, de procedência do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, que altera o art. 18 da Lei Complementar n. 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Como é visível a falta de quórum, pois não há 21 parlamentares presentes neste plenário, este projeto será retirado de pauta.

Projeto de Lei n. 0488/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Garuva para a construção da sede da Delegacia de Polícia Civil.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Consulto os srs. líderes se podemos apreciar esse projeto extrapauta.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero apenas informar, para efeito de esclarecimento, que é um imóvel com cerca de 5.000 m², no município de Garuva, que já está aguardando há muito tempo a construção da delegacia de polícia. É uma reivindicação que temos levado ao governador há mais de ano e que agora finalmente conseguimos a doação do terreno por parte do município através de uma lei municipal. Estamos aqui apenas sacramentando a doação do terreno, para que se possa imediatamente se fazer a licitação da construção da delegacia de polícia no município de Garuva.

Quero agradecer, ainda, aos presidentes das comissões, aos deputados Darci de Matos, Marcos

Vieira e também ao deputado presidente da comissão de Finanças e Tributação por agilizarem a aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - É feito o esclarecimento e a devida defesa do projeto pelo deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero somente reforçar, com o maior prazer, que hoje eu dirigi a comissão de Finanças e Tributação, na ausência do titular, deputado Gilmar Knaesel, e que fizemos muito esforço para aprovar esse projeto que o deputado Nilson Gonçalves vem liderando há muitos anos, que é a doação do terreno para a construção da delegacia de polícia na vizinha cidade de Garuva, município que se situa na porta de entrada do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1218/2013 e 01219/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 01220/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 01221/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 01222/2012 e 01223/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 01224/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Como é de praxe, esta Casa tem ouvido com muita frequência pessoas e entidades que desejam se pronunciar com relação a assuntos que dizem

respeito ao estado de Santa Catarina. Eu tenho em mãos um pedido assinado por todos os líderes das bancadas para suspender a sessão por até dez minutos, para que possamos ouvir o Movimento da Consciência Negra de Blumenau.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha nesta Casa através da TVAL, vou fazer, na forma de pronunciamento, a leitura de um artigo escrito pela nossa assessoria coletiva da bancada do PT sobre as cotas pela diversidade em Santa Catarina, que não deixa de ser também uma homenagem neste Dia Nacional da Consciência Negra.

(Passa a ler.)

"Questionamentos são cada vez mais frequentes na sociedade brasileira sobre as políticas de ações afirmativas. A polêmica vem à tona, especialmente neste mês em que a presidente Dilma Rousseff apresentou projeto que prevê cotas de 20% das vagas nos concursos públicos para negros. Nós, da bancada do PT de Santa Catarina, fizemos o mesmo.

Queremos um serviço público que represente a diversidade étnico-racial de Santa Catarina. As duas ações marcam este novembro, mês em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, data alusiva a Zumbi dos Palmares, líder negro da resistência à escravidão, morto em 20 de novembro de 1695.

Os posicionamentos contrários às cotas baseiam-se no questionamento sobre a necessidade de tal política e na defesa do mérito. As ações afirmativas são, segundo Joaquim Barbosa Gomes (2001), políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à

neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, entre outras.

Essas políticas devem ser adotadas em sociedades onde há algum tipo de discriminação. Então, cabe perguntar: existe discriminação racial em nossa sociedade? Estudos revelam que as desigualdades firmadas no racismo têm hierarquizado nosso país, deixando os negros em condições desfavoráveis. A discriminação racial é tão arraigada na estrutura social que às vezes parece aceita. Exemplifica a recente publicação em um jornal catarinense que, ao descrever o perfil ideal do trabalhador, mencionou a cor. Não surpreende que a cor branca fosse considerada como um desses atributos.

Paradoxalmente, a cor apareceu como critério de seleção em uma sociedade que defende o mérito. Esse pode ser indagado sob vários aspectos, mas aqui vou tomar o mais simples: o mérito visto como a nota tirada pelo inscrito no concurso público. Nestes, são aprovados os candidatos com nota acima de 5, ou seja, todos os concorrentes que tiveram notas entre 5 e 10 têm, em tese, o 'mérito' para atuar como servidor público. É somente nesta faixa de notas que a reserva de vagas para negros indígenas será aplicada.

Com a adoção de reservas de vagas para negros e indígenas, o Brasil está cumprindo o que foi firmado em acordos internacionais como a Conferência Mundial de Durban contra o Racismo (2001), leis nacionais como o Estatuto da Igualdade Racial, atendendo a reivindicação histórica do movimento social negro por igualdade. Estamos saindo do plano discursivo e, por meios dessas medidas, buscando construir uma praxis baseada na diversidade."

Sr. presidente e srs. deputados, ainda completando a leitura deste documento, que foi uma publicação, no dia de ontem, no jornal *Notícias do Dia*, da capital, quero apenas lembrar dois fatos. Primeiramente, que eu não poderia deixar passar em branco este dia de hoje sem evocar a lembrança do importante Programa Antonieta de Barros que a nossa Casa instituiu.

Antonieta de Barros foi a primeira deputada negra mulher nesta Casa e eu tive a honra, quando presidente deste Poder, em 2003/2004, de instituir o Programa Antonieta de Barros que inclui jovens negros nos programas e atividades desta Casa. E sei que este programa serviu de exemplo, felizmente, para outras Assembleias do nosso Brasil.

Mas também quero lembrar que nesta semana que passou a comissão de Saúde desta Casa esteve em audiência com a secretária estadual da Saúde, ocasião em que a nossa subcomissão que foi criada apresentou uma proposta para que também a secretaria estadual da Saúde se debruce sobre a questão da saúde para a população negra em nosso estado, pelo SUS.

Deputado Sandro Silva - e v.exa. coordenou essa subcomissão da nossa comissão de Saúde -, recebemos diversas entidades do Movimento Negro de Santa Catarina para debater esse ponto específico da saúde da população negra. E, na ocasião, constatamos essa necessidade de que dentro das políticas públicas do nosso estado - e assim também devem estar em consonância com as políticas públicas nacionais, porque já existe portaria do ministério da Saúde nesse sentido - haja esse pensamento da preocupação com a saúde da população negra, porque há determinadas especificidades que precisam ser pensadas.

Na medicina existe o princípio de que o médico só faz um diagnóstico se ele pensar naquele problema, naquela situação. Se ele não pensar, não diagnostica. Infelizmente, muitos casos de anemia falciforme deixam de ser diagnosticados em cidadãos, crianças, jovens, adultos da população negra, especialmente, porque não há essa preocupação, esse pensamento, dentro das políticas públicas do nosso estado, com essa especificidade da saúde para a população negra.

Então, nesta data de hoje em que houve tantas manifestações dos srs. deputados e do Movimento Negro do nosso estado, entendo que é o momento de reflexão e de reafirmar a importância desses encaminhamentos para que saiam dos discursos e

tornem-se, na prática, realmente realizações, para que possamos mudar a realidade do nosso país e do nosso estado, resgatando dívidas históricas, centenárias, dívidas que estão na nossa conta social desde que o nosso país foi descoberto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Com a desistência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente, gostaria de registrar que ontem, na cidade de Joinville, foi feita a outorga de Mérito da Medalha Antônia Alpaídes, na Câmara de Vereadores, pelas lideranças do Movimento Negro, que muito têm feito pela população negra na cidade de Joinville. Foram homenageadas 11 pessoas ontem, dentre eles a minha mãe, que foi homenageada pelo vereador Maycon Cesar.

Quero dizer que a cada ano, na outorga dessa medalha, acabamos conhecendo e reconhecendo as lideranças do Movimento Negro da cidade de Joinville.

Gostaria de agradecer aos deputados Kennedy Nunes, Maurício Eskudlark, Luciane Carminatti, Angela Albino e Volnei Morastoni, que fizeram menção ao Dia da Consciência Negra, na tribuna desta Casa.

Quero também saudar o Leonilson, do Movimento Cisne Negro de Blumenau, por ter falado, explanado tão bem as questões inerentes ao Movimento de Consciência Negra do estado de Santa Catarina e de Blumenau. Como Blumenau, a cidade de Joinville também é de colonização germânica e de difícil articulação da população negra e do Movimento de Consciência Negra.

Precisamos fazer justiça, deputado Volnei Morastoni, no que diz respeito a quem fez, a quem programou as políticas públicas que favoreceram e

que passarão a favorecer a população negra no Brasil. E há que se reconhecer, apesar de estarmos em lados opostos, em nível federal, estadual e até municipal em Joinville, que o governo do PT foi o que mais implantou, se não foi o único, políticas sociais e públicas que visem à inclusão negra em nosso país. Também agora, pela bancada do PT, que faz a apresentação desse projeto de lei que cria as cotas no serviço público estadual em Santa Catarina.

Com a sua colaboração, deputado Volnei Morastoni, foi criada a subcomissão de Atenção à Saúde da População Negra, a partir da criação do Projeto de Lei, de minha autoria, que criou a Semana de Atenção à Saúde da População Negra em nosso estado.

Estamos em dias de apresentar esse projeto de lei em Santa Catarina que vai criar uma política estadual de saúde integral à população negra em nosso estado.

Quero, de certa forma, agradecer, em nome da Marilú e do Leonilson, que estão aqui presentes, e em nome do Projeto Antonieta de Barros e do Cisne Negro e de tantos outros projetos. Fica impossível citar aqui todos os movimentos negros hoje, que durante muitos anos têm-se empenhado a fazer com que a população negra seja enxergada, visível em nosso estado.

Quero agradecer também a todos os zumbis do nosso estado; a todos que carregam o fardo das causas do povo negro, aqueles que chegaram muito antes de mim nessa luta; aos que militam dez, 20, 30, 40 anos e mesmo assim não se cansam de lutar. Aos que fazem despertar, nos mais jovens, como eu, a vontade e a coragem de buscar reparações necessárias para dizimar o racismo desnecessário em nosso país.

A todos que pesquisam, que forma aos que lutam os que não se cansam, o nosso agradecimento.

Eu peço que não parem nem mesmo quando a luta parece inválida. A luta nunca é inválida, sempre há conquistas. Mesmo que pequenas às vezes, não deixam de ser conquistas.

Então, o nosso muito obrigado a todos os integrantes dos movimentos negros do nosso estado por sua luta, por sua história, mas nós temos muito que conquistar, muito a avançar. Por isso o nosso agradecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)- Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, população de Santa Catarina, gostaria de fazer uma homenagem ao meu amigo Jorge Teixeira, que ontem já dizia, deputado Altair Silva, que hoje iríamos fazer uma homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Nossa homenagem também em nome do PSD, em nome dos nossos companheiros de partido, a todos grandes amigos que tenho, amigos de profissão, amigos de amizade, amigos de futebol, amigos, enfim, em todos os sentidos, grandes irmãos, parceiros e pessoas que merecem o nosso mais profundo respeito. Até não admitimos qualquer diferença, qualquer desigualdade, qualquer tratamento que cause algum tipo de discriminação.

Quero saudar os meus amigos, o Anderson Amorim, presidente do Sinpol, e o Juliano Pedrini, vice-presidente. Hoje, houve uma evolução no diálogo a respeito do pleito. Eles estão sempre, com muita força, representando os policiais civis na busca de soluções, de encaminhamentos de melhores condições salariais, principalmente para os nossos colegas, os quais estão sendo encaminhados à Procuradoria-Geral, ao Iprev e aos administrativos, sem falar no IGP, nos delegados, sobre todas essas questões que debatemos, que são muito importantes. E gostaria de registrar a presença desses colegas.

Registro também que ontem, junto com os deputados Sandro Silva, Darci de Matos e Kennedy Nunes, foi realizada uma reunião da comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores de Joinville.

Sairemos daqui às 17h, após a sessão, e às 19h30 já estaremos em Joinville participando de uma reunião com vereadores daquele município, com a comunidade, com os Consegs, reunião essa provocada pelos vereadores Cláudio, Levi e Joaquim, que foram os proponentes dessa reunião que contou também com a participação dos vereadores Bento, Dorval Pretti, James Schroeder, Rodrigo, da pastora Leia, do Mauricinho e do presidente do Sindicato dos Supermercados que, claro, fizeram as suas reivindicações pedindo mais segurança.

E o município de Joinville merece. Tivemos lá um relatório de algumas dificuldades e também notícias boas, principalmente da parte do comandante Adilson Michele, comandante regional de Joinville, sobre alguns investimentos do governo do estado nas questões de viaturas, pois no início da reunião alguns falaram sobre viaturas já antigas, sucateadas, mas a Polícia Militar está recebendo somente para Joinville 78 novas viaturas.

Então, foi um momento também de notícias boas. Para a região de Joinville são 153 novas viaturas e 78 viaturas para a Polícia Militar de Joinville. Foi um investimento do governo do estado, do PAC para a Segurança. É um aporte de recursos bons. Claro que a comunidade ainda quer mais câmaras de segurança, maior efetivo, mas o governo tem investido. Infelizmente, tivemos um período antes do ano 2.000, aproximadamente dez anos, de poucos concursos.

Mas o que acontece hoje na Polícia Militar e na Polícia Civil? Tivemos um vácuo nos últimos dez anos, com os policiais mais antigos em fase de aposentadoria. Está havendo uma defasagem muito grande de policiais e por isso essa necessidade.

O coronel Adilson Michele também relatou que neste ano, somente em Joinville, a Polícia Militar já fez 4.000 prisões. Quer dizer, são 4.000 pessoas que foram presas praticando crimes comandados e, na maioria, em flagrante, que são conduzidas às delegacias de polícia. Ou seja, quem é preso vai para a delegacia, e uma boa parte

ainda vai para o presídio. São 4.000 prisões feitas pela Polícia Militar neste ano, no município de Joinville. Portanto, a movimentação que a polícia faz, muitas vezes, acaba não sendo percebida pela sociedade.

Então, uma boa parte vai para o presídio porque muitos são crimes afiançáveis, respondem em liberdade. São crimes de menor potencial ofensivo.

Tivemos lá vários depoimentos da comunidade, principalmente a revolta do cidadão com a questão da impunidade, pois a polícia prende e depois a Justiça solta. Se pelo menos um número pequeno de presos ali permanecesse recolhido teríamos uma redução da criminalidade. Por quê? Porque são quase sempre os mesmos praticando os mesmos crimes.

Então, o presidente do Sindicato dos Supermercados, o Joacir, pediu a mudança no Código Penal, mas isso é pertinente ao Congresso Nacional. O delegado Dirceu Silveira também fez uma exposição sobre o trabalho e o comprometimento da Polícia Civil de Joinville no combate à criminalidade, como também outras pessoas também se manifestaram.

Quero parabenizar o comandante Adilson Michele e toda a Polícia Militar pelo trabalho que faz, o delegado regional Dirceu Silveira pelo trabalho, pela coordenação, pelo envolvimento da equipe, e dizer que as duas instituições precisam, urgentemente, de aumento do efetivo.

Eu vejo que a presença da Polícia Militar na rua é importante. Na última sexta-feira, tivemos uma ocorrência com um proprietário de uma empresa em Itajaí, que trabalha no final de semana. Os marginais aguardaram a chegada dele em casa para prendê-lo e agredi-lo para furtar uma importância em dinheiro. Uma guarnição do município de Navegantes desconfiou de um veículo com cinco elementos, foi para a abordagem, houve troca de tiros quando dois dos marginais morreram. Dois maiores foram presos e um menor apreendido. Enfim, esses eram os autores do roubo que tinha ocorrido em Itajaí. Eles estavam, inclusive, com o dinheiro

da vítima. Isso comprova que a presença ostensiva do policial na rua reduz a criminalidade.

Quero aproveitar também para parabenizar toda a Câmara de Vereadores de Joinville, a Polícia Militar, a Polícia Civil por essa pronta ação da Polícia Militar no município de Itajaí, prendendo os marginais no município de Navegantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.